DISmode

Cofinanciado pela União Europeia

DISmode

"Formação digital para animadores de juventude de ONG para se tornarem moderadores de apoio à deficiência para jovens com deficiência"

Número do projeto: 2022-2-PT02-KA220-YOU-000095234

Resultados do projeto WP 2

Resultado 2 (R2):
Manual de formação sobre educação inclusiva, incluindo orientações e dicas

Versão 3, novembro 2023

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são as do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidos como responsáveis por essas opiniões

DISmode

Cofinanciado pela União Europeia

Autores:

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

Índice

Introdução 3

1. Equidade e implementação da educação inclusiva na Europa 9
2. Requisitos académicos e adaptações conscientes 18
3. Equipa de suporte e aconselhamento 25
4. Identificação das necessidades dos estudantes 28
5. Desenho universal da aprendizagem – problemas e oportunidades de mitigação 30
6. Competências e atitudes do pessoal docente/docente inclusivo para a promoção de um ensino inclusivo 35
7. A utilização das novas tecnologias da informação no processo educativo 41
8. Questões-chave a considerar ao planear palestras/aulas/atividades de aprendizagem 46
9. Como implementar o ensino a distância de sucesso usando as melhores práticas do DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem) para aprendizagem online? 53
10. Orientações para a acessibilidade na preparação de conteúdos visualizados 61

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

Introdução

Um dos objetivos da educação inclusiva é ajudar a difundir a mensagem de que «todos os estudantes são importantes e iguais» . Infelizmente, nem todos os profissionais partilham os mesmos valores, uma vez que continuam a marginalizar certos estudantes que se deparam com uma deficiência aquando do seu ingresso no ensino superior.

Nos termos do artigo 24.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

1. Os países reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Com vista a concretizar este direito sem discriminação e, com base na igualdade de oportunidades, os países devem assegurar um sistema educativo inclusivo a todos os níveis e a aprendizagem ao longo da vida orientada para:

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do sentido de dignidade e autoestima, bem como o reforço do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
b) O desenvolvimento, por parte das pessoas com deficiência, da sua personalidade, talentos e criatividade, bem como das suas capacidades mentais e físicas, em todo o seu potencial;
c) Permitir que as pessoas com deficiência participem efetivamente numa sociedade livre.

2. No exercício deste direito, os países devem assegurar que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema geral de ensino baseado na deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino básico gratuito e obrigatório, ou do ensino secundário;
b) As pessoas com deficiência podem aceder a um ensino básico e secundário inclusivo, gratuito e de qualidade, em condições de igualdade com os demais cidadãos das comunidades em que vivem;
c) As adaptações necessárias são feitas de acordo com as necessidades concretas;
d) As pessoas com deficiência recebem o apoio necessário, no âmbito do sistema educativo geral, para facilitar a sua educação efetiva;
e) São proporcionadas medidas de apoio individualizadas eficazes em ambientes que maximizem o desenvolvimento académico e social, coerentes com o objetivo da plena inclusão.

3. Os países devem permitir que as pessoas com deficiência aprendam competências para a vida e para o desenvolvimento social, a fim de facilitar a sua participação plena e equitativa na educação, como membros da comunidade. Para o efeito, os Governos devem proporcionar as medidas adequadas, nomeadamente:

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

a) Facilitar a aprendizagem de Braille, escrita alternativa, modos aumentativos e alternativos, meios e formatos de comunicação e orientação e competências de mobilidade e facilitar o apoio e tutoria entre pares;
b) Facilitar a aprendizagem da língua gestual e a promoção da identidade linguística da comunidade surda;
c) Assegurar que a educação das pessoas, e em particular das crianças, cegas, surdas ou surdas-cegas, seja ministrada nas línguas, modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que maximizem o seu desenvolvimento académico e social.

4. A fim de contribuir para a realização deste direito, os países devem tomar as medidas adequadas para empregar pessoal docente e de apoio, que deve ser qualificado em língua gestual, e para formar pessoal profissionalizado que trabalhe em todos os níveis de ensino. Essa formação deve integrar a sensibilização para a deficiência e a utilização de modos, meios e formatos de comunicação aumentativos e alternativos, técnicas e materiais educativos adequados para apoiar as pessoas com deficiência. Todas estas recomendações estão a ser tidas em conta na recente formação de moderadores de apoio à deficiência pelo consórcio do projeto DISMODE.
5. Os países devem garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso ao ensino superior geral, à formação profissional, à educação de adultos e à aprendizagem ao longo da vida, sem discriminação e em condições de igualdade com as demais pessoas. Para o efeito, os países devem assegurar a realização de adaptações razoáveis às pessoas com deficiência.

Ao assinarem a Carta Erasmus para o Ensino Superior (CEES), mais de 5000 instituições de ensino superior (IES) comprometeram-se a respeitar plenamente os princípios de não discriminação estabelecidos no programa Erasmus+ e a garantir a igualdade de acesso e de oportunidades para incluir e tornar móveis os participantes de todas as origens. Ao assinar a presente Carta, cada instituição de ensino superior (IES) compromete-se a

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

garantir a igualdade de acesso e de oportunidades aos participantes de todas as origens. Por conseguinte, os estudantes e o pessoal com problemas físicos, cognitivos ou de saúde podem beneficiar dos serviços de apoio que a instituição de acolhimento oferece aos seus estudantes e pessoal locais.

O objetivo deste manual é fornecer conhecimentos adicionais aos candidatos para se tornarem moderadores de apoio à deficiência com métodos, estratégias, dicas e práticas relevantes, que possam garantir a execução adequada do seu trabalho. Baseia-se no desenho universal para as diretrizes de aprendizagem.

O objetivo do nosso consórcio é que as IES com quem os parceiros trabalham ou representam (no caso do IPB) garantam o máximo acesso a todas as pessoas que pretendam receber educação superior ou participar em formas de aprendizagem ao longo da vida e formas de educação adequadas, a fim de desenvolver todo o seu potencial, o seu talento e criatividade, criando um ambiente acessível para uma educação de qualidade e a sua integração bem-sucedida no ambiente natural e social para alcançar a prosperidade pessoal e a qualidade de vida, garantindo a sua independência e autonomia.

O manual pode ser útil também para o pessoal académico, incluindo programadores de currículos e cursos, que pretendam criar e implementar um ambiente de aprendizagem inclusivo.

O êxito da criação de uma educação inclusiva, como chave para o estabelecimento de sociedades inclusivas, depende do acordo entre todos os parceiros relevantes que tenham uma visão comum, apoiada por uma série de medidas específicas a tomar para colocar em prática essa visão.

Muitos factores podem ajudar a facilitar a inclusão e a equidade na educação, sendo alguns deles as competências e atitudes do pessoal no âmbito pedagógico, a começar pelos próprios dirigentes das instituições de ensino (um dos principais), as estratégias

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

pedagógicas, o acesso ao currículo, as infraestruturas, o financiamento de recursos, o desenvolvimento profissional, etc.

Os professores têm um papel muito importante e desafiante a desempenhar, uma vez que precisam de encontrar e aplicar métodos para melhorar a igualdade de oportunidades e a educação de qualidade para todos os estudantes, promovendo a interação e a participação, para que todos possam desfrutar de experiências de aprendizagem significativas e do envolvimento noutras atividades. Os professores precisam colaborar com outros profissionais, como os moderadores de suporte de deficiência, para um suporte mais holístico.

A evolução no sentido da inclusão é gradual e deve basear-se em princípios claramente articulados que acostem o desenvolvimento de todo o sistema e abordagens sectoriais multi-educacionais que envolvam todos os níveis da sociedade.

Espera-se que os **moderadores de apoio à deficiência de jovens com deficiência implementem vários deveres e tarefas** (ver Resultado 1 Novo perfil funcional dos moderadores de apoio à deficiência de jovens com deficiência para mais informações) claramente relacionados com a educação inclusiva:

- descobrir sistematicamente as necessidades de desenvolvimento individual, aprendizagem, personalidade e crescimento social dos jovens com deficiência, bem como as competências linguísticas e cívicas para o planeamento e a implementação de um processo de aprendizagem centrado no estudante;
- em cooperação com outros profissionais da instituição de ensino, planear um processo de aprendizagem coordenado com o objetivo de incluir todos os estudantes e promover o seu crescimento;
- planear um processo e um ambiente de aprendizagem inclusivos, definindo resultados específicos a alcançar para cada estudante e escolhendo métodos, técnicas, ferramentas e recursos adequados;

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, intelectualmente estimulante, emocional e fisicamente seguro, apoiando o comportamento digno, responsável e estável do estudante, implementando as necessidades de desenvolvimento adequadas a cada abordagem do estudante;
- cooperar com os pais no que diz respeito ao estudante, identificando as necessidades individuais de aprendizagem, planeando e aplicando soluções;
- assegurar a implementação de um processo de aprendizagem que satisfaça as necessidades do desenvolvimento individual do estudante e esteja próximo das situações da sua vida;
- ser capaz de aconselhar sobre a aplicação de vários métodos, técnicas e auxiliares pedagógicos de acordo com as necessidades do desenvolvimento individual do estudante e os resultados de aprendizagem a alcançar;
- em cooperação com professores, pessoal de apoio pedagógico, a direção do estabelecimento de ensino, os estudantes e os pais dos estudantes, para comunicar informações relativas ao seu crescimento, desempenho e prestar o apoio necessário para a melhoria da aprendizagem.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

1. Equidade e implementação da educação inclusiva na Europa

A educação foi reconhecida como um direito humano na ONU na "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (artigo 26.º), em 1948. Em 1960, a UNESCO, na "Convenção contra a Discriminação", declarou que a discriminação na educação é uma violação dos direitos enunciados na "Declaração Universal dos Direitos Humanos". No artigo 1.º, a discriminação era explicada como qualquer "distinção, exclusão, limitação ou preferência que, sendo baseada na raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, condição económica ou nascimento, tenha por objetivo ou efeito anular ou prejudicar a igualdade de tratamento na educação". Embora a deficiência não

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

tenha sido incluída na "Convenção contra a Discriminação" como uma característica que levaria a qualquer forma de discriminação, nos anos seguintes a deficiência foi reconhecida internacionalmente como uma possível razão para a discriminação na educação, afirmou o direito à educação para todos os estudantes.

Em primeiro lugar, a educação inclusiva para uma pessoa com deficiência é um direito garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos[1]. Além disso, a ONU adotou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)[2] e o seu protocolo opcional em 13 de dezembro de 2006[3]. Esta convenção contém os direitos humanos fundamentais e a liberdade pessoal. Esta Convenção enfatizou o direito à educação inclusiva com um Comentário Geral (n.º 4) em 2016. Salienta que o reconhecimento da inclusão como a chave para a concretização do direito à educação se reforçou nos últimos 30 anos. A Convenção sobre a os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) também consagrou o primeiro instrumento juridicamente vinculativo a conter uma referência ao conceito de educação inclusiva de qualidade. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 também afirma o valor da educação inclusiva, de qualidade e equitativa.

A educação inclusiva é fundamental para alcançar uma educação de elevada qualidade para todos os estudantes, incluindo os estudantes com deficiência, e para o desenvolvimento de sociedades inclusivas, pacíficas e justas.
O artigo 24.º da CDPD acima referido indica que:

[1] Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem.* https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/eng.pdf

[2] Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.* https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities-2.html

[3] Nações Unidas. (2006). *Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.* https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities/optional-protocol-to-the-convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

1. Os Estados Membros reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para concretizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Membros devem assegurar um sistema de educação inclusivo em todos os níveis e aprendizagem ao longo da vida direcionada para:

1.1. o pleno desenvolvimento do potencial humano e do sentido de dignidade e de autoestima, bem como o reforço do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;

1.2. o desenvolvimento, por parte das pessoas com deficiência, da sua personalidade, talentos e criatividade, bem como das suas capacidades mentais e físicas, em todo o seu potencial;

1.3. permitir que as pessoas com deficiência participem efetivamente numa sociedade livre.

2. Ao exercer este direito, os Estados Membros assegurarão que:

2.1. as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema de ensino geral com base na deficiência e que os estudantes com deficiência não sejam excluídos do ensino primário gratuito e obrigatório, ou do ensino secundário, com base na deficiência;

2.2. as pessoas com deficiência podem aceder a um ensino primário e secundário inclusivo, gratuito e de qualidade, em condições de igualdade com os demais cidadãos das comunidades em que vivem;

2.3. sejam previstas adaptações razoáveis das necessidades individuais;

2.4. as pessoas com deficiência recebem o apoio necessário, no âmbito do sistema educativo geral, para facilitar a sua educação eficaz;

2.5. medidas efetivas de apoio individualizado são fornecidas em ambientes que maximizam o desenvolvimento académico e social, coerentes com o objetivo da plena inclusão.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

3. Os Estados Membros devem permitir que as pessoas com deficiência adquiram competências de vida e de desenvolvimento social para facilitar a sua participação plena e equitativa na educação e como membros da comunidade. Para o efeito, os Estados Membros tomarão as medidas apropriadas, incluindo:

3.1. facilitar a aprendizagem de Braille, escrita alternativa, modos aumentativos e alternativos, meios e formatos de comunicação e orientação e competências de mobilidade, e facilitar o apoio e a tutoria entre pares;

3.2. facilitar a aprendizagem da língua gestual e a promoção da identidade linguística da comunidade surda;

3.3. assegurar que a educação das pessoas, e em particular dos estudantes, que são cegos, surdos ou surdos e cegos, é ministrada nas línguas e modos e meios de comunicação mais apropriados para o indivíduo, e em ambientes que maximizem o desenvolvimento académico e social.

4. Para ajudar a garantir a realização deste direito, os Estados Membros tomarão as medidas apropriadas para empregar professores, incluindo professores com deficiência, qualificados em língua gestual e/ou Braille e para formar profissionais e pessoal que trabalhe em todos os níveis de ensino. Essa formação deve integrar a sensibilização para a deficiência e a utilização de modos, meios e formatos de comunicação, técnicas e materiais educativos adequados e alternativos para apoiar as pessoas com deficiência.

5. Os Estados Membros assegurarão que as pessoas com deficiência possam aceder ao ensino superior geral, à formação profissional, à educação de adultos e à aprendizagem ao longo da vida sem discriminação e em condições de igualdade com as demais pessoas. Para o efeito, os Estados Membros assegurarão a realização de adaptações razoáveis para as pessoas com deficiência.

O artigo 24º define principalmente os níveis básicos da educação inclusiva e orienta os Estados-Membros e outras instituições em conformidade. A educação inclusiva e a

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

equidade na educação têm sido uma agenda importante nos documentos internacionais mundiais há algum tempo, mas a defesa da educação inclusiva continua a crescer. Na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável, o plano de "ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade" compreende 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) é o educativo: «assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos».

Por outras palavras, equidade significa garantir que todos tenham acesso às mesmas oportunidades. Na educação, equidade educacional significa que todos têm acesso às mesmas oportunidades educacionais qualitativas. Uma vez que a educação é considerada o meio de transformar a vida dos estudantes, de permitir uma mobilidade socioeconómica ascendente e a chave para escapar à pobreza, é importante garantir o acesso à educação e à inscrição universitária para todos os estudantes. A equidade educativa deve ser assegurada através do reforço dos sistemas educativos, dos programas educativos e das aulas, tendo em conta a grande diversidade das características e necessidades dos estudantes, proporcionando educação para todos.

Podemos concluir que a educação para todos é a base da educação inclusiva. A Declaração de Salamanca da UNESCO de 1994[4] reconheceu a importância de trabalhar em prol de "universidades para todos" - instituições que incluam todos, celebrem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais. Como foi afirmado na Declaração de Salamanca "Educação para Todos significa efetivamente PARA TODOS, particularmente, aqueles que são mais vulneráveis e mais necessitados"[5]. Foi um novo rumo para a educação inclusiva, ao garantir que os estudantes com necessidades

[4] UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e quadro de ação em matéria de educação especial. UNESCO.

[5] UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e quadro de ação em matéria de educação especial. UNESCO. Página 4.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

especiais tenham igual direito à educação para aprender em universidades regulares juntamente com seus pares.

O êxito da criação de uma educação inclusiva, como chave para o estabelecimento de sociedades inclusivas depende do acordo entre todos os parceiros relevantes sobre uma visão comum, apoiada por uma série de medidas específicas a tomar para colocar em prática essa visão. A evolução no sentido da inclusão é gradual, devendo basear-se em princípios claramente articulados que abordem o desenvolvimento sistémico e abordagens sectoriais multieducativas que envolvam todos os níveis da sociedade. Os obstáculos à inclusão podem ser reduzidos através da colaboração ativa entre decisores políticos, pessoal educativo e outras partes interessadas, incluindo a participação ativa de membros da comunidade local, tais como líderes políticos e religiosos, funcionários locais responsáveis pela educação e meios de comunicação social.

A União Europeia (EU) e as suas instituições incentivam um ambiente inclusivo, especialmente no sistema educativo europeu. Numa primeira fase, todos os sistemas legislativos europeus progridem em harmonia com os regulamentos das Nações Unidas. Todos os membros da UE aceitaram os protocolos da CNUDPD para a implementação do seu sistema educativo. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH),[6] no seu artigo 14.º, estabelece que "o gozo dos direitos e liberdades enunciados na presente Convenção será assegurado sem discriminação em razão, designadamente, do sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem nacional ou social, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento ou outra situação". Nos termos do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia[7] ressalva-se: «Na definição e execução das

[6] Coucil da Europa. (2010). Convenção Europeia dos Direitos do Homem. https://www.echr.coe.int/documents/convention_eng.pdf

[7] União Europeia. (2012). Versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=EN

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

suas políticas e ações, a União tem por objetivo combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual» (artigo 10.º).

Além destes, a Comissão Europeia sublinha, através do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017) [8], que «todas as pessoas têm direito a uma educação, formação e aprendizagem ao longo da vida inclusivas e de qualidade, a fim de manter e adquirir competências que lhes permitam participar plenamente na sociedade e gerir com êxito as transições no mercado de trabalho». Além disso, tanto a Comissão Europeia como o Conselho Europeu estão a trabalhar em colaboração na implementação de estratégias de educação e formação (EF 2020)[9] para alcançar a educação inclusiva, a igualdade, a equidade, a não discriminação e a promoção das competências cívicas, como domínios prioritários para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação.

Além disso, a Lei Europeia da Acessibilidade[10] visa incentivar e melhorar o funcionamento do mercado interno de produtos e serviços acessíveis, eliminando os obstáculos criados por regras divergentes nos Estados-Membros. A lei promete benefícios para empresas, pessoas com deficiência e idosos.

[8] Comissão Europeia. (2017). *O Pilar Europeu dos Direitos Sociais em 20 princípios*. https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-20-principles_en

[9] *O quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020) é um fórum que permite aos Estados-Membros trocar boas práticas e aprender uns com os outros.* https://ec.europa.eu/education/policies/european-policy-cooperation/et2020-framework_en

[10] Lei europeia da acessibilidade. https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1202#:~:text=The%20European%20accessibility%20act%20is,EU%20leading%20to%20costs%20reduction

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

O Conselho da Europa[11] promove os direitos e a plena participação da pessoa com deficiência na sociedade e, especificamente, na educação. Desde 2009 foram elaboradas várias recomendações para garantir a plena inclusão dos estudantes e dos jovens com deficiência (2009, 2010 e 2013).

O «Relatório sobre os direitos fundamentais» de 2020[12] apresentou uma descrição dos progressos realizados pela UE na consecução das questões relativas aos direitos fundamentais a nível da UE. Uma parte do relatório é dedicada aos direitos dos estudantes. Embora registe ligeiras melhorias, a questão dos direitos dos estudantes continua a ser tão importante como antes, uma vez que um em cada quatro estudantes está em risco de pobreza e exclusão social e os mais vulneráveis são os oriundos da imigração. Existem vários grupos que estão a sofrer discriminação na sociedade e na educação – estudantes com deficiência, estudantes com dificuldades de aprendizagem, estudantes ciganos, estudantes com diferentes origens nacionais e religiosas, migrantes, LGBTIQ+. Embora existam muitos planos para promover a educação inclusiva, apenas são relatados progressos limitados na educação inclusiva para estudantes com deficiência.

Os principais problemas prendem-se com:

- Sistemas de ensino separados para estudantes com e sem deficiência;
- Falta de apoio e recursos nas universidades regulares para estudantes com deficiência;
- Discriminação contínua contra estudantes com deficiência na educação e aumento do número de estudantes com necessidades especiais na educação.

[11] Conselho da Europa. (s.d.). *Estudantes com deficiência*. https://www.coe.int/en/web/students/students-with-disabilities

[12] Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (organismo ou agência da UE) (2020). *Relatório sobre os direitos fundamentais*. https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/a7ce368c-ab89-11ea-bb7a-01aa75ed71a1/language-en?WT.mc_id=Selectedpublications&WT.ria_c=41957&WT.ria_f=5713&WT.ria_ev=search

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

É importante compreender que a inclusão e a integração são duas coisas distintas. A inclusão visa a participação plena de todos os estudantes em sala de aula, pois é o processo de ensinar o estudante, de tal forma que poderia beneficiar todos os estudantes, uma vez que todos os estudantes estão a aprender de uma forma diferente. A integração, por outro lado, centra-se principalmente na integração de estudantes com necessidades especiais no ensino regular.

Seguindo a abordagem de integração, o estudante com NEE deve enquadrar-se na sala de aula regular e, assim, adaptar as suas necessidades. Na abordagem da inclusão não basta que o estudante esteja na sala de aula. Ele deve encontrar na escola o que precisa aprender e desenvolver, o que implica que a escola esteja preparada para receber todos os estudantes, independentemente de suas características e especificidades, como afirmado e recomendado na declaração de Salamanca, em 1994. O foco é também melhorar a participação, não só para o estudante com NEE, mas também para todos os outros estudantes, de modo a suprir as suas necessidades. Para isso, toda a universidade precisaria mudar.

As crenças e atitudes profissionais, em relação à educação inclusiva, são muito importantes, pois afetam as decisões em relação aos estudantes que ingressam no ensino regular. Se os profissionais não favorecerem a inclusão, mais estudantes serão apenas integrados no ensino regular, em vez de serem incluídos. É importante que as formações para profissionais sejam projetadas para abordar crenças e atitudes antes e depois e que, além disso, permitam estabelecer um entendimento comum, bem como diretrizes claras para a inclusão.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

2. Requisitos académicos e adaptações conscientes

O moderador de apoio a pessoas com deficiência, sobretudo de jovens com deficiência, deve trabalhar para que os requisitos académicos sejam modificados conforme necessário e sejam por ele apropriados para garantir que não discriminem ou tenham o efeito de discriminar com base em uma deficiência, isto quando se trate de candidatos qualificados ou estudantes com deficiência.

Conforme apropriado, as modificações podem incluir, mas não estão limitadas a:

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- alterações no período de tempo permitido para o cumprimento de um requisito,
- substituição de cursos específicos exigidos, bem como respetivos (pré)requisitos, e
- adaptação da forma como um curso exigido é conduzido.

Além disso, devemos verificar se os edifícios de uma Universidade/Instituição de Ensino Superior (IES), selecionada pelo jovem com deficiência, sejam desenvolvidos/ajustados de acordo com os elementos do ambiente acessível (espaços de entrada e comunicação, instalações e espaços de uso comum, instalações sanitárias-higiénicas e auxiliares) incluindo:

- escadas, rampas, elevadores, etc.
- lugares de estacionamento acessíveis
- lugares / bancos acessíveis
- entrada acessível
- lobbies e corredores acessíveis
- casas de banho acessíveis
- cobertura de pavimento acessível e adequada.

Os requisitos académicos considerados essenciais para um programa de ensino, aprovados pela universidade, bem como os diretamente relacionados com a certificação, não sejam considerados discriminatórios. Se for caso disso, os estudantes do ensino superior devem também ser autorizados a contribuir para o processo de desenvolvimento da formação. A documentação dos resultados deve incluir uma explicação dos requisitos académicos, bem como uma avaliação diligente das alternativas para alcançar o objetivo educativo.

Na tentativa de fazer os ajustes académicos apropriados, os membros do corpo docente, a equipe em serviço para estudantes com deficiência, moderadores de apoio à deficiência

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

e estudantes/jovens com deficiência devem trabalhar juntos para desenvolver adaptações razoáveis que atendam às necessidades educacionais individuais de estudantes qualificados com deficiência, sem alterar a natureza fundamental do serviço, programa e/ou atividade e sem criar encargos financeiros ou administrativos indevidos.

Durante este processo interativo, um estudante com deficiência deve ter a oportunidade de expressar uma preferência entre possíveis adaptações e a preferência declarada deve ser considerada.

O tipo e o montante dos serviços de apoio e alojamento prestados aos estudantes com deficiência serão determinados pelo Reitor de cada universidade/Instituição de Ensino Superior (IES) ou responsável pelo programa para estudantes com deficiência, em parceria com o estudante que procura o alojamento e, se for caso disso, com o corpo docente e pessoal afetado. Atendentes, dispositivos prescritos individualmente/tecnologias assistivas, leitores de tela para uso pessoal ou outros dispositivos ou serviços de natureza pessoal não são exigidos pela legislação aplicável.

Adaptações, serviços de apoio e programas que estão disponíveis para os estudantes qualificados em determinada universidade/IES podem incluir, mas não estão limitados a:

- Atividades de coordenação e administração de serviços especializados, incluindo consulta ao corpo docente para estudantes com necessidades académicas especiais associadas às suas deficiências.
- Aconselhamento relacionados com a deficiência, incluindo aconselhamento académico, profissional especializado e entre pares.
- Ligações com o campus e agências comunitárias, incluindo serviços de encaminhamento e acompanhamento para essas agências em nome de estudantes com deficiência.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Tecnologias adaptativas/de apoio [por exemplo, TTS (conversão de texto em voz), dispositivos de escuta assistiva, *hardware* ou *software* informático adaptável], incluindo novos dispositivos que possam vir a estar disponíveis com tecnologias emergentes.
- Intérpretes orais e de língua gestual.
- Cadernos de notas para escrita, anotações e manipulação manual para atividades académicas e de sala de aula.
- Assistência à mobilidade no *campus* de e para cursos universitários/superiores e atividades educacionais relacionadas (fornecida por campi cuja topografia e atividades exijam tal adaptação).
- Leitores de tela.
- Assistência no registo, incluindo inscrição prioritária, assistência com pedidos de ajuda financeira e serviços universitários relacionados.
- Serviços de transcrição, incluindo, entre outros, o fornecimento de materiais gravados, letras grandes e Braille.
- Estacionamento especial, incluindo registo de estacionamento no *campus*, permissão temporária de estacionamento e assistência de solicitação para estudantes que não têm placas estaduais.
- Orientação especializada suplementar para familiarizar os estudantes com o ambiente do campus. Facilitação da realização de testes, incluindo tempo alargado, adaptação (do modo ou apresentação, mas sem alterar o conteúdo, âmbito ou profundidade dos testes) e acompanhamento da realização de testes por estudantes com deficiência.
- Os campi podem optar por oferecer tutoria especializada ou avaliação diagnóstica que não é fornecida de outra forma pelo *campus*.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Adaptações adicionais, serviços de apoio e programas podem ser fornecidos conforme determinado pelas necessidades dos estudantes com deficiência especialmente causada pela pandemia de COVID-19.

Além disso, os jovens com deficiência têm direito a:

- exigir a formação de atividades em função das necessidades educativas específicas;
- acordar o horário das sessões de estudo entre o grupo de estudantes e o docente;
- organizar consultas individuais com os conferencistas, de comum acordo;
- realizar exames com protocolo individual, após acordo prévio com a data do exame com o respetivo docente;
- realizar um exame semestral online (por exemplo, por ZOOM) - para estudantes com mobilidade reduzida - depois de apresentar uma candidatura ao Reitor/Presidente;
- ser transferido para o ensino a distância (refira-se que no âmbito deste projeto a expressão “ensino a distância” será usada em detrimento da expressão “ensino à distância”. Apesar de termos consciência da celeuma em torno do assunto, regemo-nos pelos documentos oficiais portugueses, sendo que a maioria deles usa "ensino a distância");
- penso que isso calará qualquer um;
- ser formado de acordo com um currículo individual.

Para os estudantes com deficiência que gostariam de aprender apenas virtualmente (e-universidade), há uma infinidade alternativa de oportunidades de formação e recursos, tais como:

- Sistema baseado na Internet, prestando os seguintes serviços:
  - e-mail;

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- informação temática e orientada para os processos;
- espaço para transferência de informação ao nível dos ficheiros;
- meios de comunicação direta entre os utilizadores da rede;
- fóruns especializados;
- calendário de eventos atuais;
- ambiente especializado para publicação eletrónica de informações;
- fornecimento de um ficheiro pessoal;
- recursos eletrónicos de relatórios e conferências;
- base de dados eletrónica de desenvolvimento científico e publicações de professores, etc.

- Sistema baseado na Internet para e-learning e ensino a distância com um módulo especializado de apoio à aprendizagem de grupos-alvo de estudantes. Os materiais de estudo e recursos de autoestudo fornecidos aos estudantes devem incluir:
  - Palestras, divididas em tópicos em arquivos separados, bem como outros materiais incluídos (questões, tarefas, etc.);
  - Tópicos para desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso/resumos, casos/e requisitos para os mesmos;
  - Lista de literatura recomendada em cada disciplina/unidade curricular;
  - Questionário (resumo) para a realização de um exame semestral;
  - Dados para o docente;
  - Oportunidade de realizar tutorias online com docentes;
  - Testes online e outros serviços de informação e administrativos;
  - Sistema de videoconferência e biblioteca virtual.

Além disso, os estudantes que necessitem de ajudas e serviços auxiliares e de modificações ou adaptações razoáveis devem apresentar os seus pedidos ao gabinete de serviço aos estudantes com deficiência o mais cedo possível, a fim de facilitar o

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

agendamento ou a contratação de pessoal, equipamentos e/ou outros materiais. Os responsáveis pelo programa para estudantes com deficiência devem estabelecer diretrizes do *campus* para implementar a prestação de serviços.

Os estudantes a quem foi negado um alojamento solicitado podem recorrer da decisão, através de processos informais e formais de resolução de litígios no *campus*. Cada *campus* adotará e publicará procedimentos de reclamação que prevejam procedimentos adequados de devido processo legal e uma resolução de disputa rápida e equitativa. Os serviços autorizados pelo diretor do programa para estudantes com deficiência devem continuar durante o processo de reclamação.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

3. Equipa de suporte e aconselhamento

Em cada universidade/IES deve ser criada uma equipa de apoio e aconselhamento em todo o sistema sobre os serviços prestados aos estudantes com deficiência, a fim de rever, avaliar e recomendar políticas educativas e administrativas que respondam às necessidades dos jovens com deficiência. A equipa reúne-se anualmente, se necessário, e mantém e disponibiliza notas sumárias das reuniões.

A estrutura possível dessa equipa de apoio poderia ser:

1. Presidente a designar pelo Reitor/Presidente por um mandato de dois anos.
2. Um Vice-Presidente para os Assuntos Académicos e Estudantis/mandato de dois anos.
3. Dois estudantes com deficiência/dois anos, termos sobrepostos.
4. Dois representantes do Conselho Académico.
5. Um representante do pessoal administrativo.
6. Os membros devem incluir a representação de uma variedade de campi/faculdades e categorias de deficiência.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

Cada Universidade/IES deve estabelecer uma equipa consultiva sobre serviços a estudantes com deficiência para ajudar na avaliação das políticas e procedimentos atuais do *campus* relacionados a estudantes com deficiência, desenvolver planos relacionados a programas e serviços para estudantes com deficiência, recomendar prioridades, rever prioridades de remoção de barreiras e desenvolver cronogramas, conforme definido no plano de transição de cada Universidade/IES.

Cada *campus* deve fornecer dados anuais sobre a matrícula de estudantes com deficiência.

Os moderadores de apoio à deficiência devem trabalhar intensamente com professores/tutores/mentores de recursos, o que também deve ser determinado, aquando da formação de grupos, dependendo das necessidades educativas específicas.

As funções de **moderadores de apoio à deficiência de jovens com deficiência** devem então incluir:

- discussão dos conteúdos do curso;
- fornecer informações sobre a evolução dos trabalhos;
- classificação das tarefas por dificuldade para cada estudante;
- apoiar os planos de trabalho dos estudantes;
- motivar os estudantes;
- apoiar o trabalho dos estudantes nos seus projetos individuais;
- ensino presencial em seminários/webinars;
- consultoria em questões administrativas.

Os moderadores de apoio a jovens com deficiência também devem apoiar:

- o docente, durante a realização de algumas aulas, para analisar, resumir e transmitir-lhe as questões do estudante que surjam no decurso da aulas, para informar o docente sobre o curso da preparação dos estudantes;

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

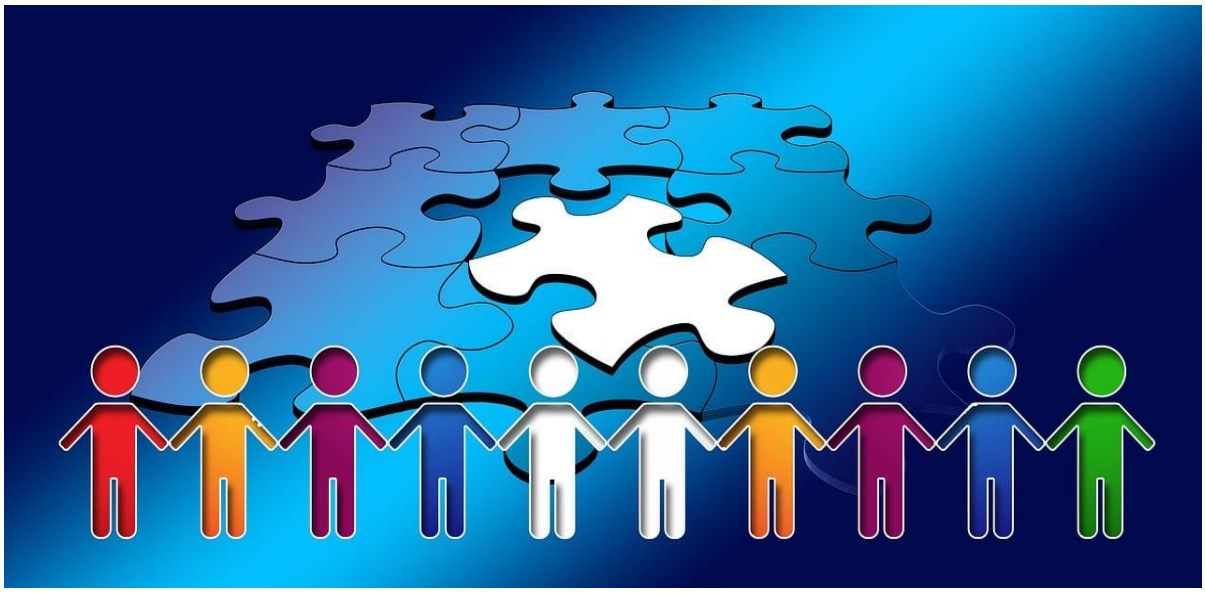
- consultas em linha;
- o trabalho independente dos estudantes, para consultá-los na elaboração de ensaios, trabalhos, trabalhos de conclusão de curso, etc.;
- a orientação dos estudantes no grau em que dominam o material de estudo, na organização e planeamento da sua preparação;
- a tomada de decisão do docente para possíveis correções com ênfase num problema específico durante as aulas, videoaula adicional, etc., no processo de preparação dos estudantes;
- a melhoria da motivação dos estudantes para aprender, para incentivar a sua prossecução da educação;
- a publicação de informações na plataforma de e-learning e ensino a distância.

Durante a formação a comunicação com eles é realizada:

- por escrito através de e-mail;
- presencialmente - durante as aulas/tutorias;
- áudio / vídeo - via Skype ou ZOOM;
- através do sistema integrado completo para aprendizagem baseada na web / aplicação de blended learning
- receber materiais adicionais, perguntas, tarefas, devolver trabalhos concluídos, receber informações sobre o cronograma e possíveis alterações, bem como comunicar com os colegas.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

4. Identificação das necessidades dos estudantes



Ao realizar a avaliação das necessidades individuais dos estudantes, os especialistas da equipa de apoio devem:

- Utilizar metodologias de avaliação (Metodologia para avaliação das necessidades educativas dos estudantes, Metodologia para avaliação funcional e trabalho com estudantes com deficiências cognitivas e espectro autista de desenvolvimento, Metodologia para avaliação das necessidades individuais de estudantes com deficiências múltiplas), métodos de avaliação verbal e não verbal, que podem variar de país para país. Em vários países, estes ajustes podem incluir o uso do sistema PECS, MACATON, comunicação em conjunto, método Tadoma, método C-MAP e outros métodos, testes padronizados-por exemplo Escala wechsler, etc.;
- Ter em conta as realizações educativas e pessoais do estudante;
- Ter em conta o desenvolvimento social e emocional do estudante;
- Utilizar métodos formais e informais de acompanhamento e avaliação;

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

De acordo com a Classificação Internacional de Funcionamento do Homem, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial de Saúde (OMS) e tendo em consideração a Classificação Internacional de Doenças da OMS - CID 10, a avaliação dos estudantes é realizada com um Cartão de Avaliação de Necessidades Individuais do estudante. Contém os seguintes componentes:

- Avaliação do funcionamento do estudante;
- Um parecer da equipa que realizou a avaliação das necessidades individuais dos recursos necessários para apoio adicional ao desenvolvimento pessoal do estudante;
- Determinação da especificidade e tipo de apoio adicional - de curto ou longo prazo;
- Uma recomendação para utilizar outros serviços, incluindo serviços sociais, ou para participar noutras atividades.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

5. Desenho universal da aprendizagem – problemas e oportunidades de mitigação

A implementação de um desenho universal pode tornar a aprendizagem mais acessível. Por exemplo, o currículo pode ser tornado mais acessível, permitindo que o estudante escolha entre várias formas de avaliação (exame escrito, exame oral, trabalho, etc.). Existem formas flexíveis de envolvimento dos estudantes na aprendizagem, tais como a utilização de multimédia e outras técnicas, por exemplo, interpretação de papéis, utilização de ferramentas de apoio em atividades (robôs educativos ou produtos de gravador de voz, etc.). O conteúdo didático poderá ser apresentado por meio de estratégias orais e visuais.

Os estudantes devem poder aceder ao material de diferentes formas. Por exemplo, o fornecimento do material em formato PDF torna-o acessível para os estudantes que

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

dependem de tecnologias de texto para fala, ou preferem converter e imprimir os seus materiais em formato Braille. Além disso, os estudantes com dificuldades de leitura que os impeçam de participar devem poder aceder ao material suportado com símbolos no lugar das palavras que têm dificuldade em ler.

A aprendizagem deve ser apoiada através do envolvimento ativo dos estudantes nas atividades. Por exemplo, o uso de tecnologias de reconhecimento de gestos pode permitir que os estudantes interajam com uma história usando gestos com o corpo inteiro. Um estudo mostra que isso mantém a motivação entre as crianças pequenas, pois elas tornam-se parte ativa de uma experiência da história. Este método pode ser benéfico para os estudantes que querem estar em movimento ou para aqueles que dependem de gestos para se comunicar (Banes et al., 2019).

Existem várias questões que devem ser consideradas, tais como:

- A identidade, os antecedentes e as capacidades ditam as oportunidades de educação.
- Os mecanismos de discriminação, estereotipagem e estigmatização são semelhantes para todos os estudantes em risco de exclusão.
- Um obstáculo fundamental à inclusão na educação é a falta de crença de que é possível e desejável.
- Embora alguns países estejam em transição para a inclusão, a segregação ainda prevalece.
- O financiamento deve visar os mais necessitados.
- Os professores os materiais didáticos e os ambientes de aprendizagem ignoram frequentemente os benefícios em abraçar a diversidade.

A colaboração entre pares pode ser muito eficaz entre estudantes, mas também entre professores. Um ambiente que permita a colaboração entre pares ajuda os estudantes a trabalhar em pequenos grupos e em pares. Wealther-Thomas, et al. (2000) sugerem que

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

os professores devem utilizar diferentes métodos de ensino como, por exemplo, o ensino interativo, usando diferentes maneiras de apresentar, revisar e monitorar instruções. Quando há a opção de ter professores coadjuvantes, um pode ensinar e o outro pode monitorizar estudantes específicos. Os estudantes devem ser divididos em grupos mistos e cada parceiro de co-ensino deve ensinar o mesmo a um dos grupos. Os professores podem criar estações de ensino, com pequenos grupos de estudantes que se deslocam para várias estações para instruções ou prática.

Os professores podem beneficiar da aprendizagem entre pares, uma vez que podem utilizar este método não só durante o seu ensino, como se viu acima, mas também como uma filosofia geral nas suas práticas. Por exemplo, podem ter um canal para trocar boas práticas ou para discutir quaisquer preocupações que tenham relativamente aos seus alunos. Podem utilizá-lo para trocar material educativo e outros recursos, o que será útil para todo o pessoal, permitindo-lhes adquirir mais conhecimentos e otimismo relativamente aos seus casos e práticas inclusivas. Isso também poderia poupar-lhes tempo para criar materiais a partir do zero ou pesquisar recursos.

A colaboração entre pares permite que os professores trabalhem em equipa para criar um ambiente mais inclusivo para todos os estudantes na universidade/IES. Juntos, eles têm mais poder e podem tomar decisões mais sustentadas e sustentadoras sobre a estrutura das suas salas de aula e de todo o ambiente universitário/de ensino superior para torná-lo mais inclusivo. Por exemplo, isso pode ajudar a fortalecer diferentes áreas que apoiarão a inclusão dos estudantes. Uma ideia é usar código de cores em certas áreas da Universidade/IES, o que significará que uma área seria para relaxar (para aqueles estudantes que podem se sentir sobrecarregados com o ruído), outra área seria para a jardinagem, outra área seria para atividades sensoriais, etc. Tais ambientes permitiriam que mais estudantes se sentissem incluídos.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

O ensino inclusivo é uma combinação da gama de abordagens que consideram as diversas necessidades e origens de todos os estudantes para criar um ambiente de aprendizagem, no qual todos se sintam valorizados e tenham igual acesso à aprendizagem.

O ambiente de aprendizagem está diretamente correlacionado com os resultados da aprendizagem. O sentimento de pertença de um estudante prevê a motivação, o envolvimento e a realização que evoluem em torno do ambiente de aprendizagem. A incorporação de práticas de ensino inclusivas cria um ambiente de aprendizagem em que:

- Os docentes desenvolvem relações de apoio com os estudantes;
- Os docentes diminuem o potencial de incivilidade e conflito improdutivo;
- A participação e o envolvimento dos estudantes aumentam;
- Os estudantes são mais propensos a assumir riscos intelectuais, persistem com materiais difíceis e reteem a aprendizagem em todos os contextos.

Os professores podem solicitar apoio externo e utilizar materiais alternativos para tornar as suas salas de aula mais inclusivas. Uma sala de aula inclusiva significa não só proporcionar acessibilidade aos estudantes com deficiência, mas também incentivar e motivar outros estudantes que não têm deficiência a ajudar os seus colegas e a aprender em conjunto.

Os professores podem ter dificuldade em controlar ambos os grupos e manter a harmonia entre eles. No entanto, podem utilizar alguns recursos informativos e práticos para planear os seus passos através da sala de aula inclusiva. O Design Universal para a Aprendizagem[13] ajuda os professores a:

- Criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e respeitoso;
- Determinar componentes essenciais do curso;

[13] Lista de verificação do Design Universal para uma Pedagogia Mais Inclusiva. http://ucat.osu.edu/wordpress/assets/UDL-self-assessment-handout.pdf

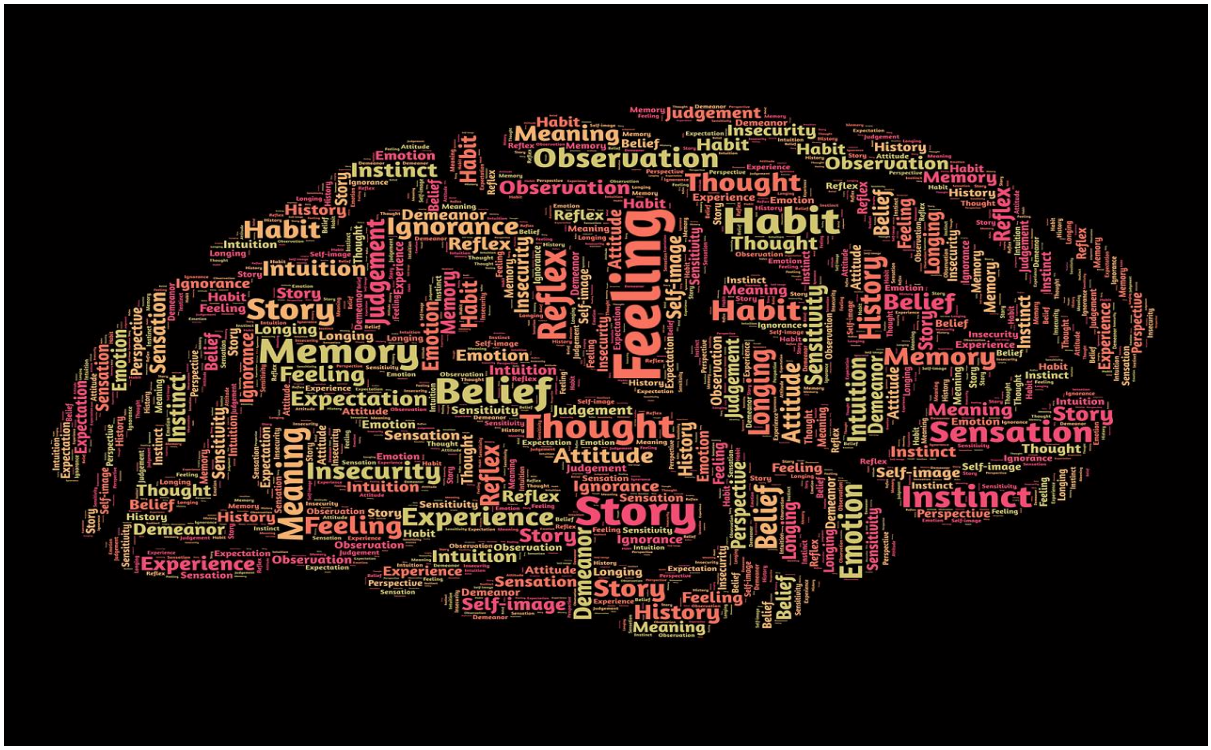
Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Comunicar expetativas claras e elevadas e fornecer *feedback* construtivo;
- Fornecer apoios naturais à aprendizagem para melhorar as oportunidades para todos os estudantes;
- Utilizar métodos de ensino que considerem diversas preferências de aprendizagem, capacidades, formas de conhecimento e experiência e conhecimento prévios;
- Oferecer múltiplas formas de os estudantes demonstrarem os seus conhecimentos;
- Promover uma interação respeitosa entre os estudantes e entre si e os estudantes (por exemplo, *feedback* dos estudantes)[14].

[14] Chickering, A. W., & Gamson, Z. F. (1999). Desenvolvimento e adaptação dos sete princípios de boas práticas no ensino de graduação. *Novos rumos para o ensino e a aprendizagem*, *1999*(80), 75-81.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

6. Competências e atitudes do pessoal docente/docente inclusivo para a promoção de um ensino inclusivo



Uma compreensão mais ampla da educação inclusiva significa que as Universidades/IES têm de se abrir a todos os estudantes, proporcionando oportunidades educativas iguais e de qualidade para satisfazer as necessidades de todos os estudantes. A educação inclusiva exige que as Universidades/IES mudem e respondam a todos os estudantes, nomeadamente aos considerados «vulneráveis» e às «pessoas com deficiência». Implica que os docentes das Universidades/IES devem ter atitudes positivas e acreditar que todos os estudantes têm a capacidade de aprender e que existem meios pedagógicos para permitir oportunidades para todos aprenderem num ambiente amigável, seguro e inclusivo.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

Os professores têm de ser positivos quanto à sua própria capacidade e têm de ser responsáveis por promover a aprendizagem de todos os seus estudantes. Como foi sugerido por Forlin e Chambers (2011), o professor universitário/do ensino superior é o componente mais importante no sucesso da educação inclusiva[15]. Rouse (2008) acrescenta que os professores são um elemento crucial na construção de um ensino superior mais inclusivo[16]. Para trabalhar numa sala de aula inclusiva o docente precisa tanto de uma atitude positiva em relação à educação inclusiva como de "saber sobre" a inclusão, "fazer" e "acreditar" nela[17]. Por outras palavras, um docente tem de praticar a educação inclusiva "fazendo-a", "sabendo" como fazê-la e "acreditando" no que está a fazer. Rouse (2008) ressalta que esses docentes devem saber o seguinte sobre educação inclusiva:

- Estratégias de ensino.
- Deficiência e necessidades especiais.
- Como os estudantes aprendem?
- O que os estudantes precisam aprender?
- Organização e gestão da sala de aula.
- Onde obter ajuda quando necessário?
- Identificação e avaliação das dificuldades.
- Avaliação e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes.
- Contexto legislativo e político.

"Fazer" significa:

- Transformar o conhecimento em ação.

[15] Forlin, C., &Câmaras, D. (2011). Preparação de professores para a educação inclusiva: aumentar o conhecimento, mas suscitar preocupações.*Revista Ásia-Pacífico de Formação de Professores*, *39*(1),17-32. https://doi.org/10.1080/1359866X.2010.540850

[16] Rouse, M. (2008). Desenvolver a prática inclusiva: um papel para os professores e para a formação de professores? *Educação no Norte,* 16, 6–13.

[17] Rouse, M. (2008). Desenvolver a prática inclusiva: um papel para os professores e para a formação de professores? *Educação no Norte*, 16, 6–13.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Ir além da prática reflexiva.
- Utilizar evidências para melhorar a prática.
- Aprender a trabalhar com colegas e estudantes.
- Tornar-se um profissional "ativista".

Acreditar na educação inclusiva significa:

- Que vale a pena educar todos os estudantes.
- Que todos os estudantes possam aprender.
- Que têm a capacidade de fazer a diferença na vida dos estudantes.
- Que esse trabalho é da sua responsabilidade e não apenas uma tarefa dos especialistas[18].

Os professores inclusivos devem possuir atitudes positivas em relação à educação para a inclusão, à diversidade na sala de aula e à deficiência, além do conteúdo e do conhecimento pedagógico da pedagogia inclusiva. Além disso, os docentes têm de implementar os seus conhecimentos na prática, refletindo constantemente sobre o progresso.

O apoio adicional para o desenvolvimento pessoal pode incluir:

- Reabilitação psicossocial, reabilitação auditiva e da fala, reabilitação visual, reabilitação de perturbações comunicativas e deficiências físicas;
- Disponibilização de ambientes de apoio arquitetónico, geral e especializado acessível, instalações técnicas, equipamentos especializados, materiais didáticos, metodologias e especialistas;
- Ministrar formação em matérias especiais a estudantes com deficiências sensoriais;
- Suporte de recursos.

[18] Rouse, M. (2008). Desenvolver a prática inclusiva: um papel para os professores e para a formação de professores? *Educação no Norte, 16*, 6–13. (p. 13, p. 14)

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

As regras de inclusão, que todas as pessoas envolvidas na educação devem respeitar, são as seguintes:

- Inclusão plena de todos os estudantes nas atividades presenciais durante o dia, tanto em atividades educativas como extracurriculares;
- Níveis intensos de comunicação, tanto na sala de aula como durante os intervalos;
- Organização diária da sala de aula;
- Adaptação flexível e modificação do currículo;
- Planeamento individual para cada dia;
- Prestação efetiva de apoio individual com recursos de apoio geral, suplementar e especial;
- Aplicação individual de dispositivos de assistência e tecnologias assistivas;
- Trabalhar em conjunto ou realizar determinadas atividades (incluindo aprender em conjunto com estudantes "diferentes");
- Tratamento positivo do comportamento em situações extremas/de emergência.

Em resumo, aplicam-se os seguintes destaques a cada docente que trabalha com estudantes com limitações/dificuldades no acesso à aprendizagem:

- Tempo diferente de ensino e aprendizagem para cada estudante;
- Aprender com pequenos passos;
- Aprender através de mais prática e introduzir elementos de aprendizagem baseada em projetos;
- Aprender com as emoções;
- Ter em conta o perfil sensorial do estudante;
- Ter em conta os interesses do estudante;
- Apresentação polissensorial da informação;

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- As instruções são individuais para se concentrar no estudante em particular;
- A quantidade de instruções é determinada pelas necessidades do estudante e não pelos requisitos administrativos (duração das aulas, consistência, etc.);
- Os materiais de formação são classificados em complexidade;
- Em cada nível de dificuldade, as habilidades são absorvidas em fluidez antes de passar para o próximo nível;
- Em cada nível, fazendo uma conexão entre vários elementos sendo dominados e não adicionando novos temas em um aspeto geral;
- Se possível, introduzir a aprendizagem de "erros evitáveis" para aumentar a motivação dos estudantes;
- A execução automática não é permitida. Ou seja, a utilização dos métodos de ensino e aprendizagem deve ir ao encontro das especificidades de cada aluno;
- Recursos adicionais para a motivação geral e autocontrole dos estudantes devem ser adicionados aos programas individuais;
- Os estudantes devem ser orientados para a compreensão e consideração das respetivas tarefas;
- Observância de rotinas e rituais;
- Eliminação de distrações/estímulos excessivos, adicionais ou ocasionais (cor, luz, som, etc.);
- Fazer muitas repetições;
- Os ajustes são feitos no momento dos erros;
- Explicar os ajustes;
- Ter em conta o pouco sucesso;
- Apoio de recursos;
- A formação deve ser feita em modelos interativos, criativos e inovadores;
- A formação deve ser segura;
- Inclusão de um contexto familiar e comunitário;

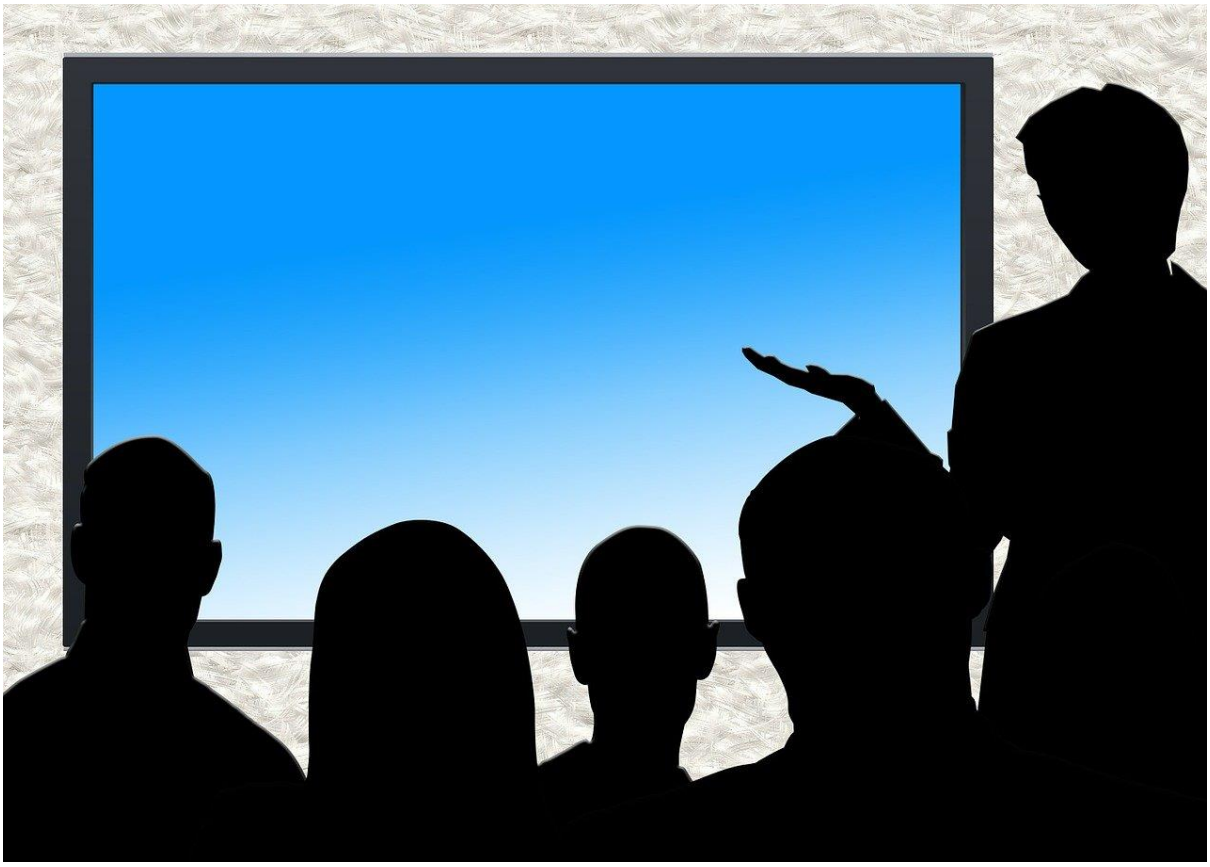
Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Envolvimento de voluntários;
- Aprender com o uso de ajudas e tecnologias assistivas adequadas.

Não estão disponíveis receitas e prescrições universais prontas para cada estudante com dificuldades de aprendizagem na turma, mas quando o docente cumpre os modelos comuns discutidos, aplica as suas competências e experiência pedagógica, estará presente o uso correto/íntegro de uma variedade de estilos de aprendizagem adequados. O docente trabalhará com satisfação com o estudante com dificuldades de aprendizagem, e este frequentará a Universidade/IES, aprenderá com prazer e as dificuldades na formação serão superadas com mais facilidade.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

7. A utilização das novas tecnologias da informação no processo educativo



A utilização das novas tecnologias da informação no processo educativo altera a visão tradicional da educação e conduz à/ao:

- Melhoria dos mecanismos de gestão educativa, baseados na utilização de bases de dados automatizadas de informação científica e pedagógica;
- Melhoria das metodologias e das estratégias de seleção dos conteúdos, métodos e formas organizativas de formação, correspondendo às tarefas de desenvolvimento da personalidade do estudante, atendendo às condições contemporâneas de informatização da sociedade;

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Estabelecimento de sistemas metodológicos de formação que visem desenvolver o potencial intelectual do estudante, construindo/ampliando competências para a autoaquisição de conhecimentos, informação e formação, atividades experimentais e de investigação;
- Criação e utilização de sistemas informáticos de teste, diagnóstico, monitorização e avaliação;
- Aplicação das capacidades dos manuais escolares eletrónicos como ferramenta de aprendizagem, sujeita a formação, ferramentas de gestão e comunicação, ferramentas de processamento de informação.

A integração das novas tecnologias da informação e da comunicação na aprendizagem é objetivamente determinada pela necessidade de resposta às necessidades educativas de todos os estudantes que cresceram num ambiente de alta tecnologia e são utilizadores ativos desses produtos e serviços nas suas atividades quotidianas. As características das suas perceções e pensamentos, formados em ambientes saturados de informação, multimídia e interativos, exigem novas formas de aprender e explorar. Os indivíduos, atualmente, têm acesso direto às tecnologias digitais em todos os aspetos das suas vidas e é natural que isso tenha um enorme impacto no seu comportamento e na sua forma de pensar. Isto mostra que as novas tecnologias oferecem muito mais oportunidades e, ao mesmo tempo, mais desafios aos especialistas pedagógicos.

Os objetivos das novas tecnologias visam o desenvolvimento pessoal de cada participante no processo educativo da seguinte forma:

- Todos os participantes aprendem através da experiência utilizando tecnologias modernas;
- É importante a criação de um ambiente interativo que permita a liberdade de escolha e expressão de cada estudante;

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Devem-se desenvolver competências para trabalhar com sistemas informáticos e *software* e competências de comunicação em ambiente de colaboração ativa em equipa;
- Devem-se ampliar as oportunidades de interação social e trabalho cooperativo;
- É necessário o respeito pelas diferenças, necessidades e interesses individuais dos estudantes.

O uso de tecnologias de informação e comunicação aumenta o interesse dos estudantes pelo assunto, sobretudo no campo educacional e apresentação visual do material didático através de multimédia. Ao trabalhar com programas multimédia é fornecido *feedback*, pesquisa rápida da informação necessária, tempo para gravar várias chamadas para hipertexto, juntamente com texto curto, uma vez que as explicações são acompanhadas por uma demonstração de efeitos de animação e conversão síncrona.

Os atuais professores devem utilizar as novas tecnologias no seu trabalho quotidiano, expandindo o ambiente de aprendizagem para além da sala de aula. A Universidade/IES não é apenas um lugar onde os estudantes têm acesso às novas tecnologias, mas é um espaço onde os métodos pedagógicos modernos são utilizados e as competências-chave dos estudantes (habilidades) são desenvolvidas.

Os docentes devem ter os conhecimentos e competências necessários nas áreas prioritárias da educação - novas tecnologias e métodos interativos. As novas tecnologias na educação apoiam, sem dúvida, o processo de domínio de conhecimentos e competências. Na prática pedagógica há um alto nível de eficiência quando a informação é usada para combinar diferentes tipos de informação - texto, gráficos estáticos, áudio e vídeo.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

Ao utilizar as tecnologias da informação na formação, os docentes, para além dos métodos de ensino tradicionais e métodos específicos, podem aplicar os seguintes elementos para aumentar a sua experiência de ensino e aprendizagem:

- **Método de apoio** - neste método, as tecnologias são utilizadas para uma maior precisão na apresentação do trabalho. Ao utilizar programas adicionais, ajuda a aumentar a segurança e a confiança dos estudantes;
- **Método para exame do controle** - A tecnologia ajuda o estudante a explorar, experimentar e construir soluções. Os pacotes de *software* de simulação permitem aos estudantes experimentar ambientes virtuais que representam a vida real no ambiente de aprendizagem;
- **Método orientador** - a informação é apresentada ao estudante ao nível e tempo adequados, permitindo o *feedback* sobre o progresso na aprendizagem. As novas tecnologias permitem que os estudantes se envolvam em novas formas de *design* criativo, combinando diferentes meios num único produto;
- **Método de recursos** - as tecnologias são usadas para aceder a informações, recursos, seja on-line ou off-line, ou outro *software*. A utilização da tecnologia como recurso de informação permite que os estudantes desenvolvam as suas capacidades, fazendo perguntas e fazendo investigação;
- **Método de ligação** - as tecnologias são utilizadas para a comunicação entre os estudantes.

A utilização destes métodos pelos docentes, no processo educativo, pode estimular e manter o interesse dos estudantes pela formação moderna, complementando as tradicionais com os benefícios da informática e das novas tecnologias.

Neste contexto, pode afirmar-se que a utilização de recursos multimédia no processo de formação apresenta algumas vantagens, tais como:

- Apresentação fácil, interessante e precisa do conteúdo do material do curso;
- Atualização fácil e rápida dos conteúdos de aprendizagem;

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Ampliação das possibilidades de trabalho por conta própria e de trabalho em grupo;
- Criação de motivação positiva dos estudantes no envolvimento para com a aprendizagem do conteúdo;
- Orientação dos estudantes para atividades que desenvolvam o pensamento, a comparação, a generalização, a criatividade, etc.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

8. Questões-chave a considerar ao planear palestras/aulas/atividades de aprendizagem

Ao considerar ajustes com a equipa de apoio da Universidade/IES, pensemos nas seguintes questões (não nos esqueçamos, primeiro, de ter bem presente a opinião dos jovens com deficiência com quem estamos a trabalhar):

Pensar em como os estudantes se envolverão com a lição

A lição fornece opções que podem ajudar todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência:

- Regular a sua própria aprendizagem?
- Manter o esforço e a motivação?

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Envolver e motivar todos os estudantes?

Pensar na forma como a informação é apresentada aos estudantes

As informações fornecem opções que ajudam todos os estudantes a:

- Alcançar níveis mais elevados de compreensão?
- Entender os símbolos e expressões?
- Perceber o que precisa ser aprendido?

Pensar em como se espera que os estudantes ajam estrategicamente e se expressem

A atividade oferece opções que ajudam todos os estudantes a:

- Agir estrategicamente?
- Expressar-se fluentemente?
- Responder fisicamente/virtualmente?

O que devemos considerar?

Há um forte foco nos objetivos. Em uma sala de aula da UDL, há um forte foco nos objetivos de aprendizagem para os estudantes. Professores e estudantes falam sobre por que é que esses objetivos são importantes e como eles apoiam oportunidades desafiadoras e significativas de aprender. Também se assistirá à criação das próprias metas de aprendizagem por parte dos estudantes.

Há um foco na variabilidade. Num ambiente de aprendizagem UDL são esperadas diferenças na experiência, conhecimento e capacidade. Opções flexíveis são incorporadas nas aulas para todos os estudantes. Isso permite que os professores e os seus estudantes falem sobre como diferentes ferramentas ou recursos os apoiam enquanto trabalham em direção a um determinado objetivo. Isso também significa que nem todos os estudantes farão a mesma coisa ao mesmo tempo.

Há um foco nas barreiras na conceção do ambiente. Numa sala de aula da UDL (física ou virtual), o foco está em como mudar o *design* das metas curriculares, avaliações, métodos e materiais – não em como "consertar" os estudantes.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

Por exemplo, pode-se perguntar:

"Por que é que os–estudantes não estão envolvidos?" A UDL encoraja a reformular a pergunta: *"Como é que o design desta lição pode envolver melhor os estudantes?"*

Etapa 1: projetar proativamente [19]

Design proativo significa que se analisa o objetivo da aula, se antecipa a variabilidade de estudantes e se acrescentam estratégias de *design* à aula. Dessa forma, podem-se reduzir as barreiras à aprendizagem e garantir que todos os estudantes tenham caminhos para alcançar o objetivo. Vejamos como isso se pode processar na prática:

Análise do objetivo da lição

Porquê: temos tantos objetivos para os nossos estudantes. Queremos que eles construam experiência em conteúdo. Queremos que desenvolvam competências, se desenvolvam social e emocionalmente e que cumpram também as normas curriculares. Uma das partes mais críticas do planeamento com UDL é analisar e entender as diferentes partes de um objetivo de aula (essas diferentes partes são os resultados mensuráveis da lição e às vezes são conhecidas como objetivos).

Como: Utiliza-se um dos padrões ou objetivos curriculares e separam-se os meios (como os estudantes devem demonstrar compreensão) do conteúdo (o que os estudantes precisam de saber).

Por exemplo, imagine-se uma aula em que os estudantes leram sobre as fases da metamorfose da borboleta e, em seguida, desenharam um diagrama do processo. Esta lição tem três objetivos principais - fazer com que os estudantes leiam, aprendam as fases da metamorfose da borboleta e desenhem um processo científico. Para analisar o objetivo, precisa-se de identificar o objetivo principal para esta parte da lição.

[19] De acordo com as orientações fornecidas pela https://www.understood.org/articles/en/lesson-planning-with-universal-design-for-learning-udl

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

Todos os objetivos da lição são importantes. No final, pretende-se que os estudantes os integrem a todos. Mas planear com UDL exige que se dê um passo atrás e se reconheça que existem barreiras para os estudantes. Em cada uma das tarefas podem-se fornecer suportes para que os estudantes consigam ultrapassar essas barreiras.

Considere-se o seguinte:

Se o objetivo principal é trabalhar a compreensão da leitura, envolver-se com o tema pode ser uma barreira. Afinal, a metamorfose da borboleta pode não ser convincente para todos os estudantes. Ter alguns tópicos para escolher pode ajudar os estudantes a se envolverem e desenvolverem as suas habilidades de leitura.

Se o objetivo principal é aprender as fases da metamorfose da borboleta, ler um texto complexo pode ser uma barreira. Como a leitura não é a parte essencial da aula, pode haver uma opção de conversão de texto em fala ou um vídeo sobre as fases da metamorfose da borboleta.

Antecipar a variabilidade dos estudantes

Motivo: Depois de identificar o objetivo principal de uma aula, pode-se antecipar que haverá variabilidade na apreensão de conceitos pelos estudantes. Alguns podem ter muitos conhecimentos e habilidades assimiladas. Outros ainda podem estar a aprender a língua ou como usar determinado vocabulário académico. Alguns podem ter dificuldade em expressar o que sabem, ou ter problemas em concentrar-se.

Podem-se criar opções flexíveis no *design* das metas, avaliações, métodos, materiais e ambiente — e disponibilizá-las para todos os estudantes.

Como: Conceber opções de aprendizagem flexíveis para se alinharem com as três grandes redes de aprendizagem do cérebro: afetiva (o "porquê" da aprendizagem), reconhecimento (o "quê" da aprendizagem) e estratégica (o "como" da aprendizagem).

Para suportar a variabilidade nas redes afetivas, integre opções de envolvimento, como:

- Painéis de escolha para recrutar interesse;

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Opções de colaboração para sustentar o esforço e a persistência;
- Opções de como os estudantes podem refletir sobre a autorregulação.

Para suportar a variabilidade nas redes de reconhecimento, devem disponibilizar-se opções de representação, tais como:

- Opções visuais e auditivas para a perceção;
- Suportes de vocabulário para linguagem e símbolos;
- Organizadores gráficos para a compreensão;
- Ver o que mais gosta e menos do que não gosta.

Para apoiar a variabilidade em redes estratégicas, podemos oferecer opções de ação e expressão, tais como:

- Tecnologia assistiva para ação física;
- Formas flexíveis de desenhar, gravar, escrever ou construir formas de expressão e comunicação;
- Listas de verificação ou rubricas para avaliação de competências de funcionamento executivo;
- Estratégias de *design* para reduzir barreiras.

Porquê: Proporcionar um "buffet" de aprendizagem flexível de opções à escolha dos estudantes reduz as barreiras à aprendizagem. Essas barreiras podem, de outra forma, impedir os estudantes de progredir ou se envolver na aula. Com a UDL disponibilizam-se as opções para todos os estudantes. Isso por que se reconhece que cada estudante tem preferências, pontos fortes e desafios diferentes que variam de acordo com o contexto em que vivencia cada ação.

Como: Refletir sobre os aspetos em que os estudantes, normalmente, bloqueiam durante uma aula ou quais são aqueles que temos de reensinar. Estas são as "barreiras". Elas podem ajudar a identificar as oportunidades para integrar opções flexíveis na sala de aula. Identificar barreiras específicas ajudarão a evitar o problema de ter muitas opções. Devemos certificar-nos de que as nossas escolhas estão, efetivamente, alinhadas com as habilidades e os conhecimentos que desejamos que os estudantes aprendam com a lição.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

Etapa 2: Implementar

Esta fase envolve a implementação da aula, a qual nos deve permitir observar e obter *feedback* sobre como os estudantes estão a desenvolver as suas habilidades e hábitos.

Facilitar e observar.

Porquê: Num ambiente UDL, os seus estudantes são convidados a tomar conta de algumas das suas decisões de aprendizagem. É por isso que dizemos que as lições são "facilitadas" em vez de "ensinadas". Os estudantes são incentivados a conectar a aprendizagem a questões do mundo real que são importantes para eles. Eles também são convidados a mostrar o que sabem de várias maneiras e a construir conhecimento de fundo para se tornarem "aprendizes especialistas" na disciplina.

Como: Ao iniciar a aula temos de nos certificar de que o objetivo está a ser claro para os estudantes. Devem compreender para o que estão a trabalhar. Será pertinente dar-lhe acesso a uma variedade de opções de como pode ser o seu trabalho. Explicar como esses exemplos mostram que os estudantes atingiram a meta da aula.

Por exemplo, se os estudantes normalmente lutam com a apreensão de um novo conceito depois de apresentá-lo, pode-se fazer uma pequena gravação em vídeo de ideias-chave, ou oferecer uma lista com marcadores das ideias-chave. Os estudantes podem, então, optar por usar uma ou mais dessas opções. Devemos certificar-nos de que há opções regularmente disponíveis para qualquer estudante usar, conforme necessário.

Durante a aula/palestra:

- Observar como os estudantes estão – ou não – a utilizar as opções.
- Trabalhar com os estudantes para desenvolver uma compreensão mais profunda do que eles precisam – ou não precisam – para alcançar o objetivo.
- Oferecer *feedback* baseado em processos aos estudantes enquanto estão a trabalhar. Conectar esse *feedback* para progredir em direção ao objetivo desejado.

Etapa 3: Refletir e redesenhar

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

A fase de reflexão e redesenho permite que consideremos os próximos movimentos instrucionais.

Porquê: Este tipo de avaliação formativa pode ajudar a planear as próximas aulas e a aprofundar a experiência de aprendizagem para os estudantes.

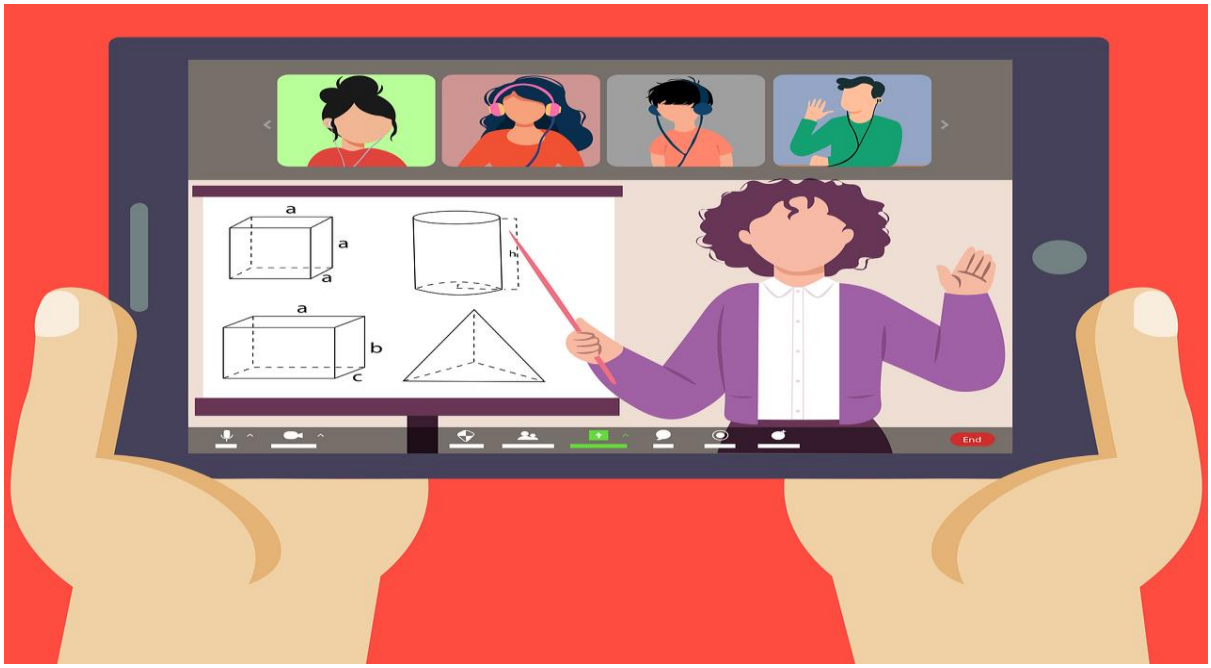
Como: No final da aula/palestra, recolhe-se o *feedback* dos estudantes sobre como progrediram, o que apoiou a sua aprendizagem e que dificuldades/bloqueios sentiram. Deve-se analisar o trabalho realizado e também o *feedback* dos estudantes. Não nos podemos esquecer de utilizarmos as próprias observações da lição para refletirmos.

Devemos questionar-nos:

- O objetivo foi significativo e desafiador? Os estudantes sabiam qual era a meta e os objetivos para que pudessem progredir?
- O desenho da aula antecipou a variabilidade? Como houve uma variedade de envolvimento, compreensão de antecedentes e habilidades? Havia opções flexíveis disponíveis para envolvimento, representação, ação e expressão que os estudantes pudessem escolher?
- O projeto da aula poderia reduzir ainda mais as barreiras? Em que aspetos os estudantes ainda estavam bloqueados ou frustrados? Em que situações se alterou o rumo da lição? Consegue-se identificar uma ou duas novas ideias que se poderia integrar no *design* da aula da próxima vez? Como poderíamos colaborar com outros professores e convidar para a discussão com os estudantes sobre ideias que nos ajudassem a reduzir as barreiras e a aumentar o desafio e o significado do objetivo?

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

9. Como implementar o ensino a distância de sucesso usando as melhores práticas do DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem) para aprendizagem online?



Muitas Universidades/IES migraram para o ensino a distância por causa da pandemia de COVID-19. As Universidades/IES adotaram e continuam a adotar muitas abordagens diferentes. Algumas estão a proporcionar aprendizagem virtual síncrona (em tempo real) através da tecnologia de videoconferência. Outras estão a tentar uma aprendizagem totalmente assíncrona (não em tempo real) através de documentos e folhas de cálculo concebidos para melhorar a aprendizagem em casa[20].

Seja qual for a abordagem, o ensino a distância pode ser um desafio. Professores/palestrantes e estudantes precisam de tempo e de prática para se

[20] De acordo com a pesquisa sobre o tema "Recursos compreendidos para educadores são apoiados por pesquisa, examinados por especialistas e revisados por professores de sala de aula" por Gabrielle Rappolt-Schlichtmann, EdD

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

acostumarem. Pode parecer assustador incluir todos os estudantes quando a sala de aula é uma videoconferência. Felizmente, os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) podem ajudar. Quando se planeia com a UDL em mente, reduz-se proativamente as barreiras à aprendizagem para que todos os estudantes da turma se possam envolver.

Aqui estão algumas práticas recomendadas para o ensino a distância com UDL.

1. Ensinar explicitamente as expetativas e o envolvimento

O vídeo e o ensino a distância são um meio de ensino e aprendizagem totalmente diferentes. Tanto os professores como os estudantes, especialmente aqueles com deficiência, podem precisar de tempo e de apoio para *aprender a aprender* e se envolver efetivamente neste espaço virtual.

Suponhamos que os estudantes têm uma ampla gama de habilidades quando se trata de tecnologia para aprendizagem virtual. Isso inclui aprender com materiais digitais e conectar-se para aprender por meio de conferência virtual. E a tecnologia a que os estudantes têm acesso para o ensino a distância varia.

Orientar explícita e sistematicamente como usar os novos meios instrucionais. Cocriar e partilhar expetativas sobre como se envolver neste ambiente de aprendizagem. Dar oportunidades para a prática.

Sabemos, também, que haverá uma curva de aprendizagem para todos. Pode levar algum tempo e apoio repetido para que todos os estudantes consigam interagir e aprender neste novo ambiente.

2. Permitir a aprendizagem assíncrona

Alguns estudantes podem não ser capazes de assistir a uma transmissão ao vivo, seja devido ao tempo, ao acesso à internet ou à capacidade de se concentrar em uma aula por meio de uma videoconferência. E alguns estudantes têm dificuldade em processar informação quando esta é apresentada apenas na forma auditiva.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

Se as instruções foram ministradas ao vivo por vídeo, devem ser gravadas para que os estudantes as analisem ou tenham a possibilidade de lhes aceder mais tarde. Pode-se carregar o vídeo para um espaço virtual, como por exemplo o Google Classroom, ou enviá-lo para os estudantes por e-mail.

Também se podem pode usar aplicativos como o Otter.ai para gerar transcrições do áudio (Otter.ai oferece 600 minutos de transcrição gratuitos por mês). Outros aplicativos de *streaming* de vídeo oferecem legendas ao vivo que podem ser imperfeitas, mas definitivamente úteis.

3. Designar anotadores

É mais difícil para muitos estudantes "assistir" às aulas por meio de transmissão ao vivo por vídeo, do que em uma sala de aula ao vivo. Pode ser desafiador focar-se, sentir-se conectado, processar informações e identificar ideias-chave.

Os estudantes mais experientes podem trabalhar juntos para se ajudarem uns aos outros. Considere-se a possibilidade de atribuir aos estudantes algumas responsabilidades, por exemplo que façam anotações para a turma usando os aplicativos do *Google Classroom*.

Juntamente com transcrições e gravações, boas notas de campo são importantes e úteis para todos os estudantes. Elas são especialmente úteis para estudantes que tenham problemas de concentração, leitura, escrita e outros desafios que dificultam a concretização da tarefa ou da multitarefa.

4. Tornar os materiais acessíveis.

Não é apenas o vídeo que precisa ser acessível. Devemos, também, pensar em como disponibilizar imagens e documentos digitais para todos os estudantes acederem. Anotamos algumas práticas para se usar ao criar materiais.

Criar pequenas descrições de texto de imagens e vídeos que se utiliza durante o vídeo e do ensino a distância.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

Evitar usar PDF baseados em imagens inacessíveis para folhetos e outros materiais digitais. Em vez disso, usar o *Word*, o *Google Docs* ou outro formato acessível [Esses formatos têm reconhecimento ótico de caracteres (OCR) para acesso ao leitor de tela].

Se ainda não tivermos tido contacto com estas práticas em sua sala de aula, sempre poderemos abordar essa situação como uma oportunidade de aprender a ser acessível para todos. Depois de nos acostumarmos a fazê-lo, é fácil trazer essas práticas para ambientes de aprendizagem ao vivo todos os dias.

5. Abraçar os estudantes como professores

Pode-se fornecer um esboço e pensamentos iniciais sobre como se considera que a aprendizagem e o ensino podem funcionar virtualmente, mas também criar atividades que permitam que os estudantes forneçam *feedback* sobre os seus planos. Devemos dar-lhe a oportunidade de cocriarem, ou seja, como será o ensino e a aprendizagem agora que estão todos a trabalhar remotamente.

A comunicação é extremamente importante quando se está a trabalhar a distância. Por tal, devemos perguntar, regularmente, aos estudantes sobre as suas necessidades e estarmos recetivos para sermos flexíveis e estamos atentos às suas preocupações.

Temos de nos lembrar que muitos estudantes são nativos digitais. Neste sentido, convém perguntar-lhes sobre as suas preferências e ideias inovadoras, nomeadamente sobre como abordar a aprendizagem online. Isto apoia o arbítrio, a autodeterminação e a motivação do estudante para aprender neste ambiente.

6. Construir ativamente uma comunidade solidária

Quando não se está junto dos estudantes, numa sala de aula, não é tão fácil verificar o seu bem-estar emocional e físico. Por tal, devemos gerir o tempo dedicado ao ensino e à aprendizagem para reduzir o isolamento social e apoiar sentimentos de conexão e

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

pertencimento. É importante que consigamos integrar discussões em vídeo em pequenos grupos (além de todo o grupo) e usar quadros de discussão para estudantes mais velhos.

Alguns aplicativos de vídeo, tais como o Zoom, permitem criar "salas" separadas para discussões em grupo (o *Zoom* está suspendendo temporariamente o limite de tempo de 40 minutos em contas básicas gratuitas para universidades afetadas pelo surto de coronavírus. Saiba mais sobre como obter acesso para a sua universidade).

Se possível, devemos tentar configurar *check-ins* virtuais individuais semanais (ou mais frequentes) ou chamadas telefónicas curtas com cada um dos estudantes. Acima de tudo, incentivemos o envolvimento para ajudar os estudantes a sentirem que têm agência neste espaço online. Afinal, esta é também a sua comunidade de aprendizagem.

Há três princípios a considerar dentro de uma abordagem UDL:

- Envolvimento e o *porquê* de aprender
- Representação e o *quê* aprender
- Ação e expressão e o *modo* de aprender

Apresentam-se, de seguida, algumas maneiras de usar esses princípios da UDL *antes*, *durante* e *depois* de cada aula on-line que um moderador de suporte para pessoas com deficiência, pode sugerir em palestras e na academia:

Antes das aulas online

O planeamento é imprescindível quando se utiliza a UDL na aprendizagem online. Os planos irão ajudar a responder melhor às necessidades de todos os estudantes.

Devemos certificar-nos de que os professores e os académicos pensem como projetar a sala de aula física para ser acessível a todos. Eles devem pensar em como projetar o espaço de aprendizagem on-line com o mesmo objetivo em mente. Por exemplo, como se estão a exibir as informações para garantir que os estudantes e suas famílias possam localizá-las facilmente? Eles precisam de considerar qual a tecnologia que podem usar na

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

aula. Tendo em mente que a tecnologia de preparação pode levar mais tempo do que o esperado, especialmente se ainda não estão a sentir-se confortáveis com ela.

As estratégias que se podem sugerir, a docentes e académicos, são:

- Reservar um tempo para ensinar explicitamente sobre a tecnologia que usará. Dar aos estudantes tempo para explorar o ambiente de aprendizagem on-line, assim como eles explorariam uma sala de aula física durante uma orientação ou casa aberta.
- Antecipar quaisquer equívocos ou dúvidas que os estudantes possam ter sobre as tarefas, materiais ou tecnologia de uma aula. Abordá-los proativamente com recursos prontamente disponíveis e acessíveis.
- Pensar no ritmo das aulas no ambiente online. Planear como se podem usar as pausas programadas durante a instrução e o tempo de trabalho.
- Verificar a acessibilidade dos materiais que se cria ou se utiliza. Por exemplo, verificar se se pode incluir legendas ou conversão de fala em texto para estudantes que se beneficiam da leitura de conteúdo. Ou se se pode tentar materiais manipulativos matemáticos virtuais para aqueles que beneficiam de representações visuais.
- Aferir sobre o que os estudantes mais gostam e menos gostam.

Durante as aulas online

Em vez de se adotar uma abordagem de "tamanho único" para apresentar informações, devemos proporcionar diferentes opções enquanto ensinamos online, uma vez que dar aos estudantes escolhas significativas pode ajudá-los a se envolverem mais com o conteúdo. Essas escolhas também podem motivar os estudantes a aprender em situações desafiadoras ou novas, tal como a aprendizagem on-line.

Para oferecer opções, em um ambiente online, temos de confiar nos recursos da tecnologia que estamos usando, tais como salas de *breakout*, quadros de discussão, capturas de tela e caixas de bate-papo. Ao colaborar com outros membros da equipa,

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

incluindo coprofessores, especialistas e paraprofissionais, pode-se recorrer a reuniões individuais ou em pequenos grupos para oferecer aos estudantes diferentes opções de aprendizagem.

As estratégias que se podem sugerir, a docentes e académicos, são:

- Fornecer opções sobre como os estudantes podem interagir online. Por exemplo, pode-se permitir que os estudantes decidam se querem participar de videoaulas ao vivo com o vídeo ativado ou desativado. Os estudantes que têm ansiedade podem beneficiar de poder optar por manter seu vídeo desligado.
- Oferecer opções de como os estudantes podem se envolver com o conteúdo. Pode-se oferecer um quadro de opções para que os estudantes possam optar por ouvir um *podcast*, assistir a um vídeo ou ler um artigo sobre o tema.
- Dar aos estudantes algum controle sobre *como* e *quando* eles se podem envolver no trabalho. Por exemplo, podem-se gravar videoaulas ao vivo para que os estudantes possam optar por assistir novamente a toda ou a parte da sessão.
- Ter a mente aberta sobre o formato que o trabalho dos estudantes pode assumir, desde documentos de texto até produtos de artes visuais.

Depois das aulas online

Uma vez que a aprendizagem online é nova para muitos professores e estudantes, devemos reservar algum tempo para refletirmos após as aulas. Conjuntamente, professores e estudantes podem pensar sobre os papéis que desempenharam em uma aula e como esses papéis funcionam juntos.

As estratégias que se podem sugerir, a docentes e académicos, são:

- Ajudar os estudantes a refletirem sobre os seus pontos fortes e necessidades ao aprender on-line. Eles podem manter uma lista dos recursos e das estratégias de aprendizagem on-line que melhor suportam esses pontos fortes e necessidades.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- Permitir que os estudantes cocriem abordagens para atividades de aprendizagem online. Os estudantes podem saber sobre diferentes tecnologias sobre as quais ainda estamos, também, aprendendo. Esta é uma boa oportunidade para desenvolver os pontos fortes dos estudantes e capacitá-los na sua aprendizagem.
- Saber mais sobre maneiras de melhorar a instrução virtual perguntando aos estudantes o que eles pensam. Usar pesquisas, rubricas ou diários para dar aos estudantes a oportunidade de avaliar a sua própria aprendizagem–e dar *feedback* sobre seu ensino.
- Partilhar as suas ideias com outros professores e funcionários. Ajudar os estudantes a acederem melhor à sua aprendizagem é uma responsabilidade partilhada entre o pessoal universitário/de ensino superior.

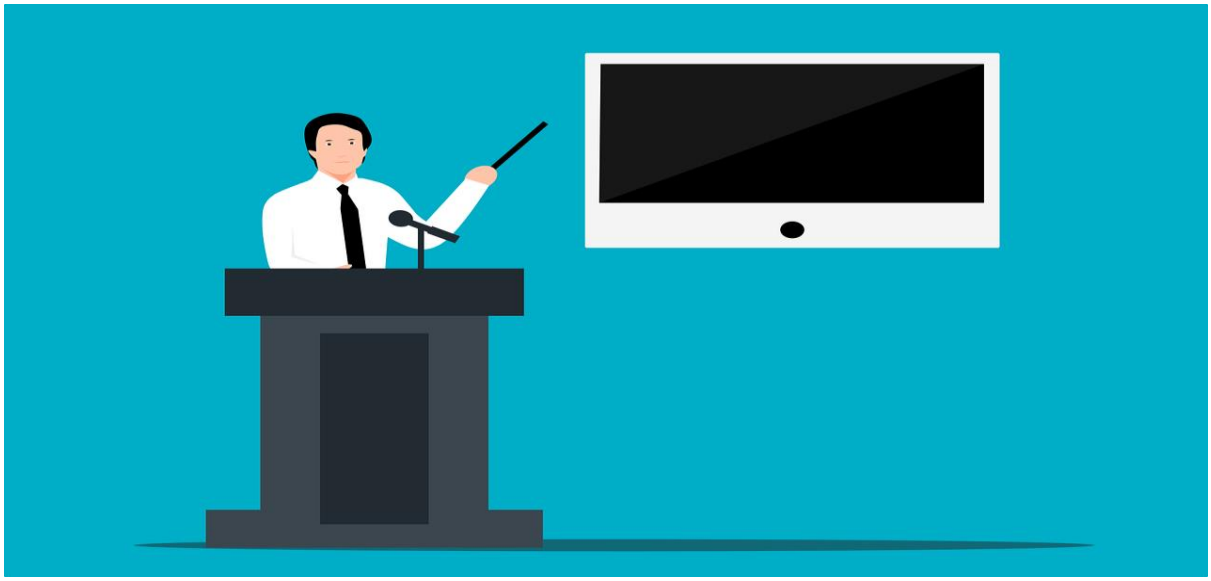
Em súmula

UDL pode parecer assustador se se tentar abarcar todos os aspetos de uma só vez, especialmente quando se inicia a aprendizagem on-line. Deve-se começar com algumas estratégias e ser-se consistente com a implementação. Isso fará com que as novas práticas se tornem hábitos.

Ao planear proativamente a acessibilidade e a variabilidade, estaremos mais preparados para atender a necessidades diferentes de aprendizagem e pensamento na sala de aula física ou virtual.

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

10. Orientações para a acessibilidade na preparação de conteúdos visualizados



Pensamos que ter em conta as questões de acessibilidade é importante antes da preparação do conteúdo exato para qualquer tipo de material de formação, a fim de garantir a plena acessibilidade para todas as pessoas.

Portanto, vindo da prática do consórcio e da forte pesquisa na área conduzida pela Nottingham Trent University no Reino Unido[21], nos últimos anos estamos a sugerir um padrão comum para garantir a abordagem de "texto claro para todos" da seguinte forma:

- **Tamanho do ponto.** Mínimo 12 pontos, 14 pontos ideal
- **Contraste.** Para cegos e amblíopes, preto sobre branco, para disléxico, azul escuro sobre azul pálido ou preto sobre amarelo, evitar texto claro sobre fundo escuro

[21] Formatos de texto e web design para leitores com deficiência visual e disléxicos—Clear Text for All Lindsay Evett*, David Brown, Interactive Systems Research Group, Escola de Computação e Informática, The Nottingham Trent University, Burton Street, Nottingham NG1 4BU, Reino Unido

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

- **Cor.** Evitar verde, vermelho/rosa
- **Tipo de letra.** Sans serif é preferido tanto para cegos como para amblíopes e disléxicos, por exemplo, Arial, Universe, New Century Schoolbook, Comic Sans
- **Estilos de digitação.** Evitar texto em maiúsculas, sublinhado e itálico, usar negrito para realçar, em vez de itálico ou sublinhado
- **Espaço de liderança.** 1.5–2
- **Digite o peso.** Evitar pesos leves
- **Alinhamento.** À esquerda, evitar textos justificados – o espaçamento irregular é difícil tanto para disléxicos quanto para aqueles com problemas de visão
- **Comprimento da linha.** Entre 60 e 70 letras por linha, linhas muito curtas ou muito longas cansam os olhos. O mesmo se aplica à extensão da frase e do parágrafo
- **Parágrafos.** Espaçamento entre linhas
- **Colunas.** Limpar margem entre colunas, se o espaço não permitir, usar uma regra vertical
- **Definição de texto.** Evitar ajustar texto em torno de imagens, se isso significar que as linhas começam em lugares diferentes. Definir o texto horizontalmente em vez de verticalmente. Evitar definir texto sobre imagens; Não iniciar frases no fim das linhas
- **Papel.** Evitar papel brilhante e papel tão fino que permita que o texto apareça do verso (peso do papel acima de 90 GSM); evitar dobrar papel onde os vincos podem obscurecer o texto
- **Estilo de escrita.** Frases curtas e simples, claras e concisas

Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são exclusivamente da responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia para a Educação e a Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.